

A DINÂMICA DO LUGAR NO CONTEXTO DO TRABALHO DEGRADANTE: O CASO DAS CARVOARIAS EM RIBAS DO RIO PARDO-MS

*SÉRGIO RICARDO OLIVEIRA MARTINS**

“A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança.”
(Milton Santos)

Cotidianamente, a luta pela sobrevivência, uma luta pela satisfação das necessidades mais elementares empreendida por famílias carentes, enquanto se sujeitam às condições mais espoliativas e insalubres de trabalho nas carvoarias, dá a tônica de um lugar, Ribas do Rio Pardo, Mato Grosso do Sul. Pensamos também nas famílias de carvoeiros que hoje se encontram em pelo menos quatro aglomerações de precárias moradias daquela cidade, sobrevivendo em condições de muita carência.

A problemática social das carvoarias do maciço florestal de Mato Grosso do Sul tem merecido a atenção de inúmeras instituições,

* Doutorando em Geografia pela USP. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Católica Dom Bosco.

governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, que se desdobram em ações de intervenção sobre esta realidade. A questão, verdadeiramente grave e preocupante, refere-se tanto à predatória relação de trabalho quanto à degradação que se promove ao ambiente no contexto da produção de carvão vegetal, no caso, a partir da exploração dos eucaliptos plantados no leste do estado.

Nosso objetivo nas linhas que se seguem é, a partir de algumas considerações sobre a realidade de trabalho e de vida no interior e no entorno das carvoarias alocadas em Ribas, refletir uma proposta de enfrentamento da questão. A tese residente em tal proposta é a de que uma efetiva melhoria das condições de vida e de trabalho nas carvoarias não pode ser alcançada de forma ampla e duradoura independentemente das alternativas de desenvolvimento local que visem significativa melhoria nas condições de vida de toda a comunidade.

QUANDO O PAPEL VIROU CARVÃO

A produção de carvão vegetal em Mato Grosso do Sul, a partir de reflorestamentos, significativamente começa a partir do final dos anos 80, tendo em vista a imensa massa vegetal do Distrito Madeireiro sul-matogrossense, criado, em meados da década de 70, para atrair as indústrias de papel e celulose. Situada quase que inteiramente na micro-região de Três Lagoas, em 1984, a área reflorestada com eucaliptos em Mato Grosso do Sul era estimada em 458.000 ha (4.580 km²), distribuída em sua maior área nos municípios de Ribas do Rio Pardo (64%), Água Clara (16%) e Três Lagoas (10%)¹. Como as indústrias de papel e celulose não vieram, o discurso da interiorização do desenvolvimento, que aparecia como justificativa deste projeto de reflorestamento, deixava como efetivo resultado na região quase

¹ Agência Terra, 1996.

meio milhão de hectares ocupados com a monocultura de eucaliptos, uma fantástica massa vegetal sem perspectivas para um imediato aproveitamento (mapa 1).

No final da década de 80, expande-se o número de carvoarias que começam a explorar a madeira na produção de carvão vegetal, com vistas a abastecer mormente o pólo siderúrgico mineiro. Com uma demanda crescente por carvão vegetal na época, as siderúrgicas mineiras passaram a estimular e a condicionar a produção de carvão no Mato Grosso do Sul, cuja distância, cerca de 1.200 km, era compensada por baixíssimos custos de produção.

Ribas do Rio Pardo e o Maciço Florestal em Mato Grosso do Sul



Neste contexto, as carvoarias multiplicavam-se em meio ao maciço e, com elas, o número de famílias que chegavam do norte de Minas Gerais, de onde traziam a experiência como carvoeiros. Vale ressaltar que essas famílias de carvoeiros eram, como ainda são, recrutadas em regiões de profunda miséria, e portanto se encontravam em condições de muita carência.

QUANDO O CARVÃO CONSOME O HOMEM

A produção de carvão no maciço segue uma tecnologia reconhecidamente superada, associada a grande desperdício energético e péssimas condições de trabalho. O processo produtivo começa com a extração do eucalipto, serviço realizado pelo “motoqueiro”, assim chamado por operar uma motosserra com a qual produz as toras de madeira. Em seguida, as toras são transportadas até as baterias de fornos. No interior dos fornos, construções circulares com cerca de 4 a 5 metros de diâmetro, ocorre a carbonização da madeira, que dura de 3 a 4 dias. Período aproximadamente igual é também necessário para o resfriamento do carvão, antes da sua retirada do forno. O desperdício é considerado enorme, visto que para cada 1m³ de madeira colocada no forno, 60 a 70% são perdidos na forma de fumaça e outros subprodutos não aproveitados².

Depois de produzido o carvão é ensacado e carregado em caminhões que o transportam até as siderúrgicas mineiras, viajando cerca de até 1.200 km.

Nas carvoarias, o trabalhador não recebe salário regularmente por uma quantia em dinheiro paga em um dia específico do mês. Em

² Agência Terra, op. cit.

primeiro lugar, é muito comum o carvoeiro estar endividado com o empreiteiro³, que, a título de adiantamento, fornece-lhe gêneros alimentícios e de uso pessoal, cobrando preços excessivamente acima do mercado. Outra forma usada pelo empreiteiro para confundir e ludibriar o trabalhador, a fim de postergar e mesmo não pagar o salário que lhe é devido, é o adiantamento de pequenas quantias quando há solicitação.

No intuito de produzir o máximo possível de carvão, o trabalhador envolve sua família diretamente na produção, dela não escapando nem mesmo as crianças, que desta forma se vêem impedidas de freqüentar a escola. O trabalho infantil, pois, é fato muito grave, mas a exploração da criança não deve ser atribuída apenas aos pais. É bom lembrar que, espoliados e famintos, os pais lutam sobretudo pela sobrevivência.

Ressaltamos que os serviços relacionados à produção de carvão vegetal, considerando os moldes técnicos em que tal produção se realiza, são visivelmente insalubres. A fumaça intensa e a alta temperatura no interior dos fornos (50-60°C) são condições extremamente agressivas à saúde do trabalhador, que não tem à sua disposição qualquer equipamento de proteção.

TRABALHO DEGRADANTE: O PREDADOR E A PRESA

Por degradação do trabalho entendemos o próprio consumo da força de trabalho em condições amplamente desfavoráveis ao trabalhador, que não tem condições de se repor ante aos desgastes

³ Trata-se de um intermediador de mão-de-obra, cujas funções básicas são recrutar trabalhadores e cuidar diretamente da produção. É mais conhecido por “gato”.

sofridos (físico, psicológico). Em decorrência, o trabalhador se degenera rapidamente, seja na sua capacidade de trabalho, seja mesmo enquanto pessoa. A manifestação mais visível desta degradação do trabalhador está na sua própria face, precocemente envelhecida e marcada pela agressividade dos serviços.

O trabalho em tais condições logicamente requer um trabalhador muito carente e escasso de alternativas de ocupação. Fica claro, portanto, que o empregador, o empreiteiro, lucra sobre a miséria do trabalhador, promovendo as condições para que o mesmo se reproduza enquanto força de trabalho empobrecida e disponível.

A degeneração do trabalhador é, portanto, uma função direta do grau de exploração e das condições gerais em que se realiza o trabalho. Nas carvoarias, o consumo de força de trabalho é verdadeiramente predatório, uma vez que serviços extenuantes são remunerados muito aquém das necessidades de sobrevivência não apenas do trabalhador como igualmente dos que dele dependem.

Como o trabalho nas carvoarias ocorre no contexto da família, muitas vezes com o envolvimento de todos os seus membros, é fácil deduzir que a pobreza, a situação de grande carência em que se encontram o trabalhador, mulher e filhos é não só a condição que o disponibiliza para o conjunto das carvoarias, como também a que garante a superexploração da sua força de trabalho sob as condições mais adversas. Mas o papel da família neste contexto, que também explica a sua presença no local do trabalho, não está limitado a constituir reserva de mão-de-obra à qual o trabalhador recorre para aumentar a sua produção. No seio da família, os membros trabalhadores se alimentam, descansam, encontram amparo e distração, além de reafirmarem sua responsabilidade e sua importância.

O TRABALHO NAS CARVOARIAS - ESCRAVIDÃO?

De início, consideramos que o debate em torno do que vem a ser trabalho escravo, essencialmente conceitual, seja fundamental às ações de combate ao balizar o nível das denúncias realizadas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade nacional mais atenta às denúncias de “trabalho escravo”, considera como tal os casos em que as condições de trabalho são marcadas por “*dívida crescente e impagável*”⁴. Como “situações agudas” considera os casos em que se verificam a presença de pistoleiros, de maus-tratos, de jornadas de trabalho excessivas, dentre outras péssimas condições de trabalho. Para a CPT, a dívida, enquanto mecanismo de sujeição, é critério fundamental na conceituação e caracterização do trabalho escravo, uma vez que ela não só anula os rendimentos do trabalho como se torna a base do “aprisionamento” do trabalhador.

A nosso ver, uma resposta positiva e apriorística para a questão acima parece mais atender à indignação suscitada pelo árduo e insalubre trabalho nas carvoarias do que corresponder à realidade objetiva dos fatos. Em todo caso, o que inegavelmente temos na maior parte das carvoarias sul-matogrossenses do maciço é a superexploração de trabalhadores, caracterizada por condições intensamente predatórias da força de trabalho e condicionada, de um lado, pela extrema carência do trabalhador e de sua família e, de outro, pela sujeição e alienação do trabalhador baseadas no seu endividamento com quem o contrata.

Outro ponto a considerar é que as relações coercitivas e degradantes de trabalho nas carvoarias, mesmo nos casos em que eventualmente se configure uma situação de trabalho escravo, não devem ser vistas como anacrônicas ou arcaicas. Tais relações não só são atuais como são recriações do próprio capital que, sob certas

⁴ CPT. *Conflitos no Campo-Brasil* 93.

circunstâncias, pode levar ao extremo a exploração do trabalhador, a fim de preservar sua rentabilidade.

O trabalhador que emerge de semelhante regime de trabalho se apresenta bastante degenerado. Há pois uma questão importante a fazer: *como e por que esses trabalhadores se sujeitam, não raro toda a família, ao trabalho em tais condições, muitas vezes até com plena consciência da exploração e da insalubridade dos serviços que lhe são oferecidos pelo empreiteiro?* Duas razões nos parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, temos pessoas, cuja pobreza as impele à busca de fontes alternativas de recursos à subsistência, tornando muito vulneráveis às ofertas do intermediário. Em segundo, a ação do agenciador não ocorre ao acaso, ele sabe onde ir e a quem oferecer serviços, à procura de pessoas carentes que conheçam o serviço, se organizando e desenvolvendo artifícios de “sedução” no intuito de aliciá-las⁵.

É, portanto, premido por circunstâncias que expressam profunda carência, mas também por sua experiência trabalhista no âmbito da produção de carvão vegetal, que o trabalhador se disponibiliza e aceita trabalhar nas carvoarias, sujeitando-se mesmo à espoliação intensa. A miséria, pois, fragiliza o carvoeiro diante de quem se lhe apresenta com uma oferta de serviço, a tal ponto lhe impõe a carência de trabalho que, diante do empreiteiro, do mesmo que o explora, ele emudece, quando não raro agradece.

Vale ressaltar que a subjetividade deste trabalhador, que quase sempre se manifesta satisfeito pela ocupação que tem, não obstante as precárias condições de trabalho verificadas, dificulta e confunde a ação de instituições e mesmo da lei.

⁵ Em Ribas do Rio Pardo, como em todo o maciço florestal, a grande maioria dos trabalhadores das carvoarias são mineiros, especialmente provenientes do Vale do Jequitinhonha, região de muita pobreza.

SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS CARVOARIAS EM RIBAS DO RIO PARDO: EFEITOS SÓCIO-AMBIENTAIS SOBRE O LUGAR

Há claros efeitos observados em Ribas decorrentes da atividade carvoeira, enquanto realidade de trabalho degradante. Para tratar desta interação que se estabelece entre as carvoarias e seu entorno, com manifestações nos ambientes físico e social, tomaremos por base as observações que temos feito diretamente em Ribas do Rio Pardo ou as informações obtidas junto a outras pessoas e instituições

Não é necessário mais do que uma breve excursão em Ribas do Rio Pardo para revelar inúmeros distúrbios ecodinâmicos associados à degradação que se impõe ao ambiente e às pessoas no âmbito da produção de carvão vegetal.

O desmatamento do cerrado, que não poupou nem mesmo as matas ciliares, é a causa imediata do assoreamento, tanto quanto da ocorrência de ravinas nos solos mais arenosos. Segundo dados oficiais apresentados em recente pesquisa⁶, de 1986 a 1995, foram desmatados 2.300.000 hectares de cerrado, em grande parte para dar lugar ao maciço florestal, mas também para serem consumidos na produção de carvão. Assim desprotegido, o solo é facilmente lixiviado e os sedimentos transportados para o leito dos rios.

Na área urbana, precisamente onde se encontram os “assentamentos” de famílias de carvoeiros, verificamos a formação e evolução de muitas ravinas, resultantes do escorrimento superficial das águas pluviais em solo arenoso e desprotegido.

Outro desequilíbrio ecológico observado na região, decorrente da substituição do cerrado seja pela monocultura de eucaliptos, seja pelas pastagens plantadas, é o empobrecimento da fauna e da flora. O

⁶Agência Terra, 1996.

desaparecimento de espécies vegetais e animais é facilmente atestado pelos moradores nativos que, para impressionar, rememoram os tempos não muito longínquos em que caçavam e pescavam fartamente.

Os impactos sobre o ambiente, portanto, sucedem-se em cadeia e ganham magnitude preocupante. O mais grave talvez seja a completa ignorância, por parte da população, com relação aos problemas ambientais provocados ou exacerbados em seu entorno. Na área rural, os proprietários também não se dão conta do que perdem com manejos inadequados e com a retirada criminosa das matas ciliares. É, pois, perfeitamente possível, além de imprescindível a qualquer projeto de desenvolvimento na região, não só recuperar a mata original, como estabelecer uma exploração sustentada do cerrado

No plano sócio-econômico, o efeito mais visível decorrente da atividade carvoeira é o aparecimento e expansão de aglomerações paupérrimas de precárias moradias, onde residem mormente famílias de carvoeiros. Conhecidas como “assentamentos” ou mesmo como “favelas”, essas aglomerações são bastante recentes e a vinda dessas famílias para o local é, em parte, explicada por uma tendência verificada nas carvoarias, qual seja o desemprego da família e a ocupação apenas de alguns de seus membros. Assim, as famílias foram obrigadas a deixar as carvoarias e a transferir-se para as sedes urbanas de Ribas do Rio Pardo e de Água Clara, fenômeno observado, mais precisamente, a partir de 1995, com a redução da atividade carvoeira. Hoje já existem em Ribas quatro aglomerações de barracos - Córrego da Areia, Vista Alegre, Jabour e São Sebastião, somando pouco mais de uma centena de famílias⁷.

Uma indicação clara das dificuldades enfrentadas por essas famílias com relação à sua integração na cidade é o fato de serem referidas como “faveladas”, de modo algum sendo percebidas como membros integrantes da comunidade.

⁷ Número decorrente apenas das nossas observações. Recente trabalho da Agência Terra (op. cit.), fala em 300 famílias, número que nos parece superestimado.

A fixação dessas famílias na cidade, vale observar, representa, portanto, um acréscimo populacional, constituindo igualmente um problema suplementar que agrava ainda mais a situação já muito difícil do município. Neste sentido, a população carvoeira, tanto a que se encontra nas carvoarias, como a que está na cidade, ao usar os serviços municipais, como por exemplo os postos de assistência médica, escolas, energia e água potável e encanada, exerce também certa pressão demográfica sobre os aparelhos urbanos. Mas não só. É certo que a compra no comércio local de produtos destinados ao atendimento das necessidades básicas das famílias de carvoeiros, estando elas nas carvoarias ou na cidade, é fato encarado positivamente pelo conjunto de estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade.

Outro dado a considerar é que a produção de carvão é responsável por postos de trabalho e pela geração de receita municipal na forma de impostos. Sendo a ação fiscalizatória extremamente precária ou ineficiente, não há controle nem, portanto, tributação sobre o que realmente se produz e se vende de carvão em Ribas do Rio Pardo. Os produtores valem-se de inúmeros artifícios para escapar ao pagamento de tributos, conforme se verifica quando das visitas dos agentes fiscais, que notificam ou aplicam multas pelas irregularidades encontradas.

É de se ressaltar que em Ribas do Rio Pardo funciona uma siderúrgica de pequeno porte, reativada em 1996, que se beneficia da matéria-prima local (carvão vegetal) e gera algum emprego.

ENFRENTANDO O PROBLEMA

Ao contrário do que aparenta, Ribas não está inerte diante de um contexto tão adverso, haja vista muita preocupação com o futuro da cidade, ao menos por parte de algumas representações da comunidade. Há, pois, projetos e ações que, mesmo pontual e dispersamente, buscam intervir nesta realidade no sentido de compreendê-la e modificá-la em benefício de todos.

Temos especial preocupação com a questão da superexploração do trabalho, que não é exclusividade de um único município, nem muito menos das carvoarias, em Mato Grosso do Sul. A nossa tese, diante da questão, é a de que uma efetiva intervenção sobre tal problemática, no sentido de promover significativa melhoria nas condições de vida e trabalho dos carvoeiros, pressupõe o desenvolvimento mais amplo do lugar (Ribas do Rio Pardo). Noutros termos, projetos e programas de ação sobre a questão social do trabalho devem participar de uma ampla estratégia de desenvolvimento local.

Convencidos desta necessidade de encarar o problema social das carvoarias diante das possibilidades de promoção econômica e social de toda a comunidade, a seguir refletiremos sobre as condições deste desenvolvimento local.

Desenvolvimento local, enquanto estratégia de desenvolvimento, é a articulação de toda comunidade em prol de um único e desejado objetivo: a promoção do seu desenvolvimento social e econômico autônomos. Supõe consciência ampla e concisa dos problemas sociais, bem como um minucioso conhecimento do espaço que se ocupa, do lugar em que se vive.

Por concepção, o desenvolvimento local deve buscar a melhoria das condições (nível e qualidade) de vida de uma comunidade. Por outro lado, o caráter autônomo deste processo é requerido por conta da sua necessária continuidade. É a própria comunidade

que deve conduzir a si própria a caminho do desenvolvimento e da promoção do seu bem-estar. Este é um princípio básico às iniciativas de desenvolvimento local. Trata-se de pressupor que a comunidade, amplamente conhecedora dos seus problemas e conflitos e das potencialidades locais, seja mais pertinente como condutora do seu próprio desenvolvimento. Não se logra êxito nas estratégias de desenvolvimento senão com um envolvimento voluntário e massivamente participativo da população, assim articulada em prol de seu próprio benefício. Sem dúvida, trata-se de um ponto vital do desenvolvimento local este irrestrito envolvimento da comunidade.

Não se trata, portanto, de buscar uma autonomia absoluta nas ações de desenvolvimento local. Um certo nível de independência para as decisões é, de fato, imprescindível à comunidade, sem a qual não pode dela exigir ampla articulação das diferentes representações sociais. Cremos que uma comunidade que não tem condições de decidir e realizar autonomamente seu próprio destino seja incapaz de transpor (equacionar) até mesmo o menor de seus conflitos.

Autonomia nas decisões não significa absoluta independência econômica, mas política. Está claro que em dias de hoje não há espaço para isolamentos. A busca de parcerias e de auxílios externos à comunidade é não só necessário como vital às iniciativas. A estratégia de desenvolvimento local supõe esta necessária articulação com outros níveis de Estado e com instituições financeiras e técnico-científicas que se interessem pela causa da comunidade.

Seria uma incongruência, para não dizer ignorância, rejeitar ou dificultar ajudas e investimentos de fora da comunidade, em nome de uma pretensa total independência.

A seguir, resumiremos os principais projetos e ações verificadas em Ribas do Rio Pardo direcionadas a intervir em questões sociais ou preocupadas em encontrar alternativas de desenvolvimento para o município.

PROJETOS E AÇÕES EXISTENTES EM RIBAS DO RIO PARDO

a) Programa de Ação Integrada - P.A.I.

O Programa de Ação Integrada foi instituído pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em novembro de 1994, que é composto por 28 órgãos governamentais e não governamentais. Na ocasião, foi estabelecida como prioridade da situação das carvoarias de Mato Grosso do Sul, dadas as freqüentes denúncias e verificações de ocorrência de trabalho infantil.

Dentre as ações do P.A.I., a que mais está chamando a atenção hoje é o “*Vale-Cidadania*”. Criado em agosto de 1996, contanto com recursos da Secretaria de Ação Social, o vale-cidadania é mais precisamente uma quantia em dinheiro (R\$ 50,00) repassada às famílias de carvoeiros para cada criança matriculada e freqüente na escola. Constitui, na verdade, um estímulo para que as famílias matriculem seus filhos e um esforço para evitar o trabalho infantil.

Não temos dúvida de que o P.A.I., dada a sua dimensão e abrangência, com a anuência do Governo Federal e de importantes organismos internacionais, como o UNICEF e a OIT, gera um ambiente bastante favorável às iniciativas de desenvolvimento local.

b) Trabalho com famílias na região carvoeira

Projeto lançado recentemente, de caráter experimental, em uma das carvoarias na região do maciço florestal, objetiva condicionar múltiplas ações de promoção social junto às famílias de carvoeiros que vivem nas carvoarias. São 16 entidades, com programas na área de educação, saúde, saneamento, lazer, direito, etc. Se obtiver êxito, este projeto deverá ser estendido por todo o maciço florestal.

c) Turismo

Esta é uma atividade quase sempre precursora de desenvolvimento, mas efetivamente não há projetos nesta área em Ribas do Rio Pardo. Há, pois, alguma iniciativa observada de forma incipiente e ainda desarticulada. A idéia volta-se para o aproveitamento de corpos d'água para a implementação de um balneário bem estruturado na cidade. Vale a pena explorar esta idéia, tendo em vista que balneários são opções de lazer bastante apreciadas pelos sul-matogrossenses em geral. As cidades que oferecem este tipo de atração recebem regularmente, durante os finais de semana e feriados, fluxo razoável de turistas, o que certamente gera receita para os municípios.

d) A experiência pastoral

Em Ribas do Rio Pardo, destacamos as Pastorais da Criança, da Família e do Migrante.

De cunho católico, as ações pastorais estão voltadas especialmente à assistência dos mais oprimidos. Ocupam-se sobretudo da formação, educação e integração desses grupos carentes quando recém-chegados à comunidade. Vale observar que a religiosidade dos agentes pastorais é fundamental para motivá-los diante de situações às vezes incrivelmente dramáticas, assegurando-lhes a estabilidade emocional necessária nestes casos. Dedicam-se à causa alheia acima de tudo, o que lhes creditam a experiência do contato mais íntimo com situação das famílias carentes.

Em Ribas do Rio Pardo, os agentes pastorais combatem o analfabetismo; promovem campanhas de esclarecimento e de ajuda às famílias carentes; lutam por direitos dos que se vêm oprimidos; ensinam a viver com mais saúde e dignidade.

São, todavia, limitados porque são poucos numa luta que deveria ser de todos. Isto não impede que, por exemplo, no que con-

cerne à renda familiar, tentem reabilitar a produção doméstica como forma de complementar o sustento da família. Promovendo cursos de atividades artesanais (corte e costura, tricô e crochê), com muita dificuldade conseguem algum rendimento extra com as mulheres mães de família.

Creemos que esta experiência não só pode como deve ser incrementada enquanto promoção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de um desenvolvimento sustentável em Ribas do Rio Pardo é de urgência vital para o futuro da comunidade que ali vive. Parece-nos muito oportuna tal iniciativa, não obstante os desafios serem consideráveis e exigirem ampla disposição para enfrentar problemas tão graves quanto complexos.

Ribas do Rio Pardo, a exemplo de inúmeros outros municípios pequenos e pobres de Mato Grosso do Sul e de todo o país, possui uma comunidade claramente impotente diante do período atual. Hoje os problemas são tão facilmente exportáveis quanto as mercadorias e o dinheiro, e os desdobramentos ao nível do município podem produzir fortes resistências. Neste sentido, vale mencionar que pessoas, famílias inteiras, circulam cada vez mais articulando as cidades e, quando miseráveis, não são encaradas senão por suas carências, suas angústias e frustrações.

A pesquisa que estamos desenvolvendo no sentido de compreender a realidade do trabalho degradante em seus múltiplos e dissimulados efeitos no entorno espacial onde ocorrem, de modo algum deve limitar-se à compreensão. O nosso comprometimento é, em primeiro lugar, com a comunidade vitimada pelos problemas que estudamos.

Neste sentido, parece mesmo providencial que avaliemos, no âmbito desta pesquisa, alternativas possíveis de desenvolvimento para Ribas do Rio Pardo, no intuito de propor estratégias de desenvolvimento local. Estamos convencidos que este é um caminho na busca de propostas factíveis e sustentadas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA TERRA. *A produção de carvão vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul: um estudo da sua dinâmica sócio-econômica e ambiental*. Belo Horizonte : [s.n.], 1996.
- COMITÉ ECONÓMICO Y SOCIAL. *Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitária*. Bruxelas, out. 1995.
- ESTERCI, N. Capitalismo, escravidão e a ilusão do trabalho livre. *Revista Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 268, p. 24-26, mar./abr. 1993.
- GUERRA, C. (coord.) *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. São Paulo : Associação Agência Terra, 1995. 143 p.
- LEADER MAGAZINE. *La dinámica local: una garantía de continuidad*. n. 2, 1992-93.
- LEME, M. C. V. Trabalho escravo, um relato de casos. *Revista Travessia*, São Paulo, v. 3, n. 8, set./dez. 1990, p. 39-42.
- MARTÍN, José Cárpio. *El desarrollo local, claves para la promoción del desarrollo*. São Paulo, 1996. Projeto de curso de pós-graduação, FFLCH-USP.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. (Grundrisse). 1857-1858. Buenos Aires : Siglo Veintiuno Editores, 1971.

NANE, K. Homens da fumaça. *Revista Veja*, São Paulo, v. 7, n. 46, p. 96-98, nov. 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. Produção dos Homens: notas sobre a reprodução da População sob o Capital. In: _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro : Graal, 01989. p.135-159.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996. 308p.